

01-12-2012

# Pela estabilização das políticas atuais

O percurso passará pela estabilização das políticas atuais através de uma entidade reguladora cada vez mais independente, da eficaz supervisão do sector e da transparência e maleabilidade do regime legal

O percurso energético de qualquer país é um processo evolutivo, requerendo a implementação e adaptação das políticas do sector a par das alterações socio-económicas e conjunturais. Considerando a transversalidade característica do sector energético e, portanto, os inúmeros factores influentes, originários de aquém e além-fronteiras, incluindo a importante dependência dos combustíveis fósseis ainda existente, o nosso país tem logrado implementar escalonadamente a liberalização do sector energético, com base nos pacotes europeus – buscando um mercado único interno da UE em livre concorrência. Este sector deverá ser analisado de forma global atendendo-se ao passado, ao panorama internacional e às previsões disponíveis.

Por ora, tem-se apenas certeza que o percurso energético do nosso país não será nunca mais independente, desenvolvido em regime monopolista, bastando-se de aquisições externas de matéria-prima para a produção.

A volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis, a ausência de reservas expressivas destes recursos em território nacional, a augurada depleição dos mesmos e a descoberta dos efeitos nefastos de séculos de emissões com consumo desregrado mantêm-se vectores essenciais das políticas de liberalização, sustentabilidade, eficiência e segurança energética. O corte com as políticas actuais atiraria Portugal para uma maior dependência externa, nomeadamente dos hidrocarbonetos e, em última análise, para um oligopólio. Dada a diminuta dimensão do

**“Por ora, tem-se apenas certeza que o percurso energético do nosso país não será nunca mais independente, desenvolvido em regime monopolista, bastando-se de aquisições externas de matéria-prima para a produção”**

**“O corte com as políticas actuais atiraria Portugal para uma maior dependência externa, nomeadamente dos hidrocarbonetos e, em última análise, para um oligopólio. Dada a diminuta dimensão do mercado português facilmente se verificaria cartelização, captura do regulador e aumento dos preços”**

mercado português facilmente se verificaria cartelização, captura do regulador e aumento dos preços. Apesar da controvérsia associada às “rendas da electricidade”, aos incentivos às renováveis e ao expectável aumento da factura energética pelo menos até 2030, o percurso passará pela estabilização das políticas actuais através de uma entidade reguladora cada vez mais independente, da eficaz supervisão do sector e da transparência e maleabilidade do regime legal permitindo a entrada de *stakeholders* com papeis e direitos distintos, sob uma única licença e no âmbito de um mesmo projecto. São, pois, meras evidências os comentários relativos ao caminho a percorrer, conforme segue:

(i) continuado fortalecimento das políticas relativas às renováveis – com um custo de energia primária nulo e custos de investimento descendentes –, considerando as novas tecnologias e o previsível melhor funcionamento em mercado levando ao reajustamento em baixa da *feed-in tariff*; (ii) continuação da meticolosa gestão do pagamento da dívida tarifária e reajustamento dos (sobre)custos suportados pelo Sector Eléctrico Nacional decorrentes das anteriores políticas de liberalização para efeitos de contenção da factura energética; e (iii) manutenção da diversificação das fontes de energia aliando a produção renovável à actualização das tecnologias e das centrais de produção de energia eléctrica a gás e carvão (com captura de CO<sub>2</sub>).

A implementação de medidas transversais aos vários sectores económicos via responsabilização



Ana Oliveira Rocha

associada Sénior da Área de Corporat e M&A da PLMJ, coordenadora da equipa de Energia e Recursos Naturais

no consumo e eficiência energética de equipamentos e edifícios procurando obter poupança do lado da procura, com maiores repercussões nos transportes e na edificação (*Passive Houses?*) deverá constituir uma peça fundamental deste caminho.

As evidentes medidas acima referidas decorrem, pois, da continuidade das políticas energéticas actuais contribuindo para o controlo do desequilíbrio da balança corrente, da dependência energética, da eficiência energética e do aumento dos preços da energia.

*Texto escrito de acordo com as regras anteriores ao novo acordo ortográfico.*